



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Relatório NGE/2014 – Análise do Desempenho Estratégico - Dezembro de 2014

Sumário

1. Apresentação	2
2. Desenvolvimento.....	3
2.1. Instituição.....	3
2.2. Planejamento.....	3
2.2.1. Análise do ambiente externo/estabelecimento do contexto.....	3
2.2.2. Gestão.....	6
2.2.3. Levantamento de dados históricos dos projetos do TJMRS de 2009 a 2014 – (Anexo I e Anexo II).....	7
2.2.4. Pendências – reuniões governança colaborativa.....	8
2.2.5. BSC – mapa estratégico do TJMRS.....	11
2.2.5.1 Análise geral do desempenho estratégico.....	11
2.2.6 Projetos Estratégicos.....	19
3. Considerações finais.....	20

Siglas

TJMRS – Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul
JMERS – Justiça Militar Estadual do Estado Rio Grande do Sul
NGE – Núcleo de Gestão Estratégica
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
RAE – Reunião da Análise da Estratégia
PJe – Processo Judicial eletrônico
SEGA – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Administrativo

1. APRESENTAÇÃO

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o relatório das atividades do Núcleo de Gestão Estratégica no ano de 2014. Para assessorar as reuniões de análise da estratégia e gestão com foco no longo prazo e na execução da estratégia é o objetivo deste relatório.

O Mapa Estratégico atual da JMERS tem 14 metas e correspondentes indicadores que medem o grau de alcance dos objetivos propostos e influenciam o comportamento das pessoas na busca do objetivo.

A estratégia somente gera valor quando executada, e, como se sabe, não é possível estabelecer execução efetiva sem gestão e sem apoio da magistratura.

A Governança Estratégica é uma peça fundamental para assegurar que a estratégia não se converta em um exercício de reflexão e em documentos sem aplicação prática. É preciso integrar as diversas ferramentas de trabalho à rotina de tomada de decisões, estabelecendo papéis e responsabilidades, processos, estruturas e rituais de gestão para assegurar um processo decisório de longo prazo eficiente e integrado.

Nesse sentido, a tomada de decisões estratégicas depende de informações que chegam a partir dos mais diversos canais e a necessidade de integrá-los.

Além disso, em um ambiente onde a prestação jurisdicional, que é o nosso negócio, é cada vez mais dinâmica, baseada na produtividade e na celeridade, a governança da estratégia precisa assegurar capacidade de prestação de contas sobre os objetivos e as ações com foco na implementação de respostas rápidas e precisas.

Este relatório também visa a propor a programação para Reuniões de Análise da Estratégica (RAE) quadrimestrais no próximo ano (2015), em conformidade com o previsto na Resolução nº 198, de 16 de junho de 2014, do CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências (artigo 9º, capítulo III – da execução da estratégia).

Essas reuniões, que sugerimos que tenham início em abril de 2015, visam a analisar o desempenho dos objetivos estratégicos previstos no Mapa Estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhar os resultados e propor ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Como sugestão de pauta para Reunião de Análise da Estratégica (RAE) no mês de abril de 2015, com data a ser definida, citamos: abertura pelo Presidente; ambiente externo/estabelecimento do contexto; proposta de indicadores e pendências; análise geral do desempenho estratégico; discussão do caminho crítico e aprovação de recomendações; encerramento e agradecimentos, registrados em ata.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A INSTITUIÇÃO

- Missão: prestar jurisdição militar estadual, realizando justiça de maneira imparcial e célere, contribuindo para a paz social.
- Visão: ser reconhecida pela sociedade como exemplo de justiça especializada, essencial, célere e efetiva no controle jurisdicional da ação policial militar.

2.2 PLANEJAMENTO

2.2.1 Análise do Ambiente Externo/Estabelecimento do Contexto

Hoje, a maior estratégia do Tribunal é manter-se como justiça especializada, atuando no controle social da Brigada Militar.

A Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Ministra Vice-Presidente do STM, em artigo publicado no site do TJMRS em 20/11/2014, tratou sobre a importância das Justiças Militares para o estado democrático de direito.

O questionamento sobre a permanência das Justiças Militares Federal e Estadual como ramos especializados do Poder Judiciário, de tempos em tempos, é alvo de questionamentos, principalmente agora, com os apontamentos publicados pela Comissão da Verdade e pelo Relatório do Grupo de Trabalho do CNJ.

As razões podem ser sinteticamente resumidas em três grandes argumentos: estatísticas processuais reduzidas comparativamente aos demais tribunais; custos elevados e incompatibilidade da permanência do foro militar em um Estado Democrático de Direito.

Também deve-se levar em consideração que em regimes políticos estáveis se os crimes militares devem ser, obrigatoriamente, inferiores aos da justiça ordinária, bem como que o policial militar é um indivíduo armado que fica muitas vezes em lugares ermos sozinho, representando o Estado de Direito, tendo de ser conciliador e tomar decisões rápidas de como agir. É necessário

um controle social eficaz, papel este que as Justiças Militares Estaduais desempenham, pois esse indivíduo representa o Estado, por isso suas ações devem ter uma avaliação mais criteriosa e diferenciada.

A celeridade é fator primordial nos julgamentos castrenses, em respeito ao réu, que tem sua carreira suspensa enquanto estiver *sub judice*, e à hierarquia e à disciplina, imprescindíveis para o controle de cidadãos armados.

Quanto ao segundo argumento, concernente às despesas orçamentárias, podemos citar o Tribunal Eleitoral de Rondônia, órgão especializado que dispendeu mais de 61 milhões de reais e julgou 2.548 ações.

Caso prevaleça o argumento da extinção de órgãos judicantes, tendo em vista o binômio produtividade *versus* custos, certamente o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal estaria com os dias contados. O orçamento do ano de 2012 foi de R\$ 74.559.418,00, tendo julgado 1.607 processos.

Levantamento realizado por um jornal de grande circulação nacional revelou aumentos progressivos nos gastos com diárias, passagens, auxílio-moradia e ajuda de custo do Conselho Nacional de Justiça. Segundo informou a edição de O Estado de São Paulo de 28/3/2013, só com o pagamento de mudanças houve um custo de R\$ 1.000.000,00 em 2012. Por seu turno, auxílio-moradia gerou R\$ 355.000,00 de despesas em 2008 e R\$ 900.000,00 em 2012. Em quatro anos quintuplicaram os gastos com diárias (R\$ 5.200.000,00 só em 2011). Passagens aéreas: R\$ 901.000,00 em 2008, R\$ 2.300.000,00 em 2012. Cada juiz convocado para o CNJ recebe ajuda de custo de até R\$ 60.000,00. Em 2008 foram convocados 19 juízes. Em 2012, 36 juízes auxiliares receberam quase R\$ 700.000,00 para o pagamento de aluguel. Com passagens aéreas dos juízes auxiliares (eles têm direito à cota de passagens para retornar para suas residências) foram consumidos R\$ 2.558,00 em 2009 e R\$ 151.000,00 em 2012. Mas a Sociedade, Judiciário e o Governo não levantam dúvidas sobre a importância do CNJ para a República e consideram o valor de tal dispêndio justificado.

Recomendar a extinção das Justiças Militares Estaduais representa um retrocesso à Constituição autocrática de 1967, emendada em 1969, indo de encontro à Carta Cidadã que densificou o pacto federativo.

Por último, quanto à incompatibilidade das jurisdições castrenses com o Estado Democrático de Direito, a Ministra lembrou que a Constituição de 1988, fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte democraticamente eleita, entende pela necessidade da sua existência. E, para expurgar de vez a ideia de uma justiça corporativa, invoca um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, de credibilidade acadêmica irretorquível, que contabilizou um elevado número de condenações tanto das praças quanto dos oficiais.

A celeridade do Judiciário Castrense é imperiosa para a preservação da hierarquia e da disciplina, pois a justiça comum já está com uma taxa de congestionamento em torno de 70%, e ainda vai acumular os processos de uma justiça especializada. Pode ser citado como exemplo o deslocamento do foro militar para o Tribunal do Júri dos crimes dolosos contra vida praticados por militar contra civil. Delitos prescreveram e acusados faleceram antes de ser julgados. Os resultados seriam diversos no foro militar estadual.

A impunidade é um sentimento que se alastra com rapidez, por isso ela precisa ser controlada. A morosidade processual no Direito Castrense revela-se fatal para a integridade das polícias militares. São muitas vezes as únicas a representar o estado de direito em alguns locais, inclusive salvando vidas e colocando-as em risco, e, em determinadas circunstâncias, impõe-se aos militares o dever de matar ou morrer. A tal valor especialíssimo correspondem regras também especialíssimas que devem ser rigorosamente acatadas, sob pena de comprometimento da estabilidade do regime político.

De porte das informações trazidas até o momento, o NGE ressalta a importância da gestão estratégica, capaz de auxiliar o Poder Judiciário na identificação e na resolução dos principais entraves à prestação jurisdicional.

Acredita-se que uma das saídas para diminuir o custo do processo possa ser o aumento de competências das Justiças Militares Estaduais e a revisão e a possível redução do número de magistrados, com alteração legal.

Outro ponto que se levanta como desafio é o acesso ao Sistema de Justiça e a transparência das ações judiciais, que tem sido preocupação recorrente de toda a sociedade. Para aumentar o acesso à justiça é necessário criar mecanismos e/ou melhorar os já existentes, tornando-os mais eficientes e operantes, possibilitando tanto o ingresso da população cliente como a celeridade da justiça.

A promoção e a integração gerencial do sistema de justiça acabam por definir e direcionar o posicionamento estratégico dos tribunais, respeitando as especificidades locais.

Esses trabalhos de gestão estratégica permitiram que o Tribunal iniciasse a trajetória rumo ao alcance da sua visão, porém é preciso monitorar e ajustar constantemente seu desempenho, traduzido nos objetivos estratégicos.

O monitoramento e o ajuste acontecem nas reuniões de gestão da estratégia, momento em que servidores e magistrados responsáveis pela gestão unem-se para discutir o progresso da estratégia. Essa discussão, após análise de indicadores, projetos e planos de ação orientados à gestão estratégica, se concentra em verificar se a estratégia está no rumo certo, indicar os entraves à execução, detectar onde ocorrem dificuldades na implementação das ações e

identificar as causas dos problemas, permitindo que providências sejam adotadas para eliminar obstáculos.

No entanto, a prática ainda é de reuniões tomadas pelas atividades cotidianas e pela gestão do desempenho operacional, sem o foco na estratégia futura. Especificamente no que diz respeito às Reuniões de Gestão Estratégica, o propósito será tornar a estratégia parte da realidade cotidiana dos envolvidos, com a integração das diversas práticas utilizadas pela organização ao processo de tomada de decisões.

2.2.2 Gestão

Na perspectiva de recursos trabalha-se com os temas: orçamento, infraestrutura física e tecnológica e gestão de pessoas. Para essa perspectiva destaca-se o esforço do Tribunal em prover um orçamento capaz de suportar a demanda, bem como a priorização das iniciativas orientadas ao Plano de TIC.

Quando se tratam de gestão de pessoas, é notável a preocupação dos gestores com a garantia de qualidade de vida e, ainda, a segurança de servidores e magistrados, citando as diversas oficinas que foram realizadas durante o ano neste tema. Quanto à qualificação, o acesso a cursos EAD do CNJ foi divulgado a todos os integrantes da JME, além de cursos presenciais e pagos que muitos realizaram. Outras ações podem ser tomadas no futuro, pois a gestão de pessoas demanda esforços significativos, preventivos e de valorização.

A perspectiva de processos internos é composta pelos temas eficiência operacional, responsabilidade social, acesso ao sistema de justiça, alinhamento e integração e atuação institucional. Neste item destaca-se a importância das rotinas das atividades jurisdicionais e de apoio administrativo, com a constante sugestão de revisão e padronização do fluxo de processos.

Tratando-se especificamente dos temas alinhamento e integração e atuação institucional, o tribunal tem buscado ampliar os canais de comunicação e valorizado ações de trabalho conjunto com demais poderes, órgãos do Judiciário, Brigada Militar e sociedade civil.

Os indicadores processuais demonstram que as taxas de congestionamento ainda são preocupantes.

O atual Presidente tem como filosofia de trabalho diálogo, objetivos comuns e trabalho em equipe, dos quais o último serve para melhorar a comunicação com e para a Presidência, seja no assessorando para diagnosticar problemas e encontrar soluções, fazer o controle através de gerenciamento e

monitoramento, divulgar as estratégias, verificar as disponibilidades técnicas e financeiras e estimular a capacitação profissional através de cursos e oficinas.

Ainda, estimula a governança colaborativa que tem como objetivo o envolvimento de todos, unidos na busca de soluções para desafios e problemas, compartilhando uma justiça comum. O Presidente afirma querer mudar a cultura da decisão, tendo a participação de magistrados e servidores, sendo ouvinte e recebendo sugestões para poder fazer correções através do Planejamento da JMERS.

O Presidente hoje faz enfrentamento direto no gargalo na Justiça em Números, que é a taxa de congestionamento e litigiosidade, e tem preocupação constante com custos, prescrição e produtividade.

Nesse contexto, é possível identificar relevante movimentação do Tribunal frente aos desafios identificados por servidores e magistrados, no sentido de concretizar a justiça por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva, objetivando tornar-se instituição que prima pela excelência e que busca ser reconhecida pela sociedade como instituição confiável, acessível, justa e especializada.

2.2.3 - Levantamento de dados históricos – Projetos TJMRS de 2009 a 2014

Com base em arquivos e materiais encontrados no setor do Núcleo de Gestão Estratégica, foi feito o levantamento do que foi realizado desde a implementação do atual Plano Estratégico, em 2009, e que teve seu fim neste ano de 2014.

Nos Anexos I e II estão as estratégias com Indicadores e Iniciativas (Projetos, ações e metas) referentes ao Planejamento Estratégico de 2009 a 2014.

2009 e 2010

Objetivos propostos	Estratégias/Ações	Projetos/Metas	Concluídos totalmente	Atingidos parcialmente	Não atingidas	Não implantados
13	72	131	27	25	15	65

2011 e 2012 – Não foi atualizado o painel de indicadores.

2013

Objetivos propostos	Estratégias/Ações	Projetos/Metas	Concluídos totalmente	Atingidos parcialmente	Não atingidas	Não implantados
23	23	23	6	17	0	0

2014 - Não foi atualizado o painel de indicadores.

2.2.4 Pendências – reuniões da governança colaborativa

Com base nas atas das quatro reuniões de governança colaborativa que ocorreram em 2014, a tabela abaixo traz ações que foram elencadas e seus *status* de andamento ao fim do ano.

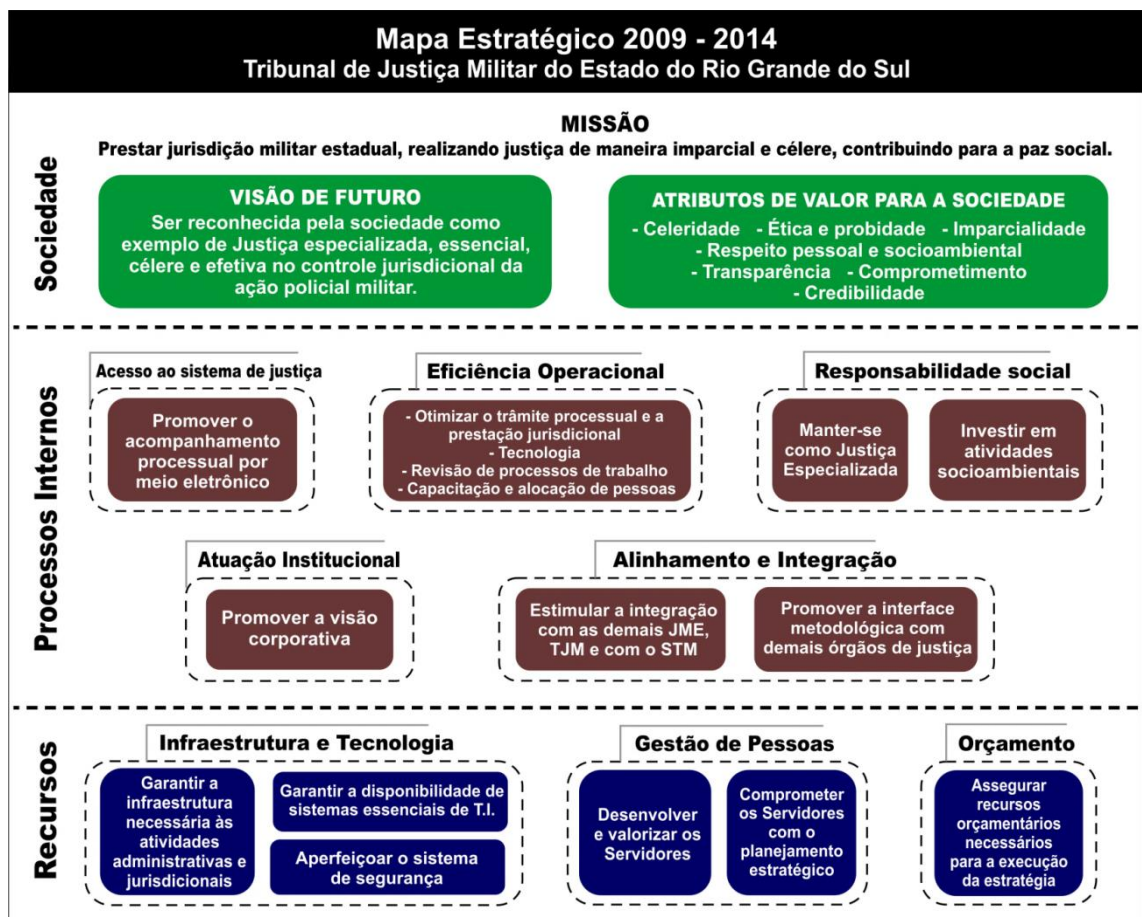
Ação	Responsável e/ou envolvidos	Status
Revisão do Regimento Interno e do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado.	Comissões nomeadas	Concluídos e encaminhados para apreciação dos magistrados
Resolução nº 148 - dispõe sobre a prestação de serviços permanentes de segurança por policiais e bombeiros militares no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	Gabinete da Presidência	Foi encaminhado ofício. Aguardando o retorno do CNJ – relativo aos militares ativos.
SEI – expandir a utilização. Capacitar/divulgar/estimular/publicar ato da Presidência para normatização/relatório estatístico SEI/exemplo de celeridade. Sugere que os dirigentes e gestores trabalhem utilizando o SEI e o correio eletrônico. Foi proposto para a Brigada Militar a utilização do SEI através de convênio, pretende-se a integração de 100% no SEI, bem como a economia de papel com sua utilização.	TIC e Direção-Geral	Concluído
Segurança / TJM e Auditorias e PPCI.	Levantamento de reestruturação – Assessor Militar e Diretor-Geral	Em andamento
Reestruturação da recepção em consonância com o PJE e acessibilidade.	Direção-Geral e Assessor Militar	Em andamento
Capacitação através de cursos, oficinas, EAD do CNJ e Resolução 192/2014 CNJ – política nacional de formação e aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário.	Direção-Geral e Coordenadoria Administrativa em contato com o Diretor Financeiro do TJ para adequações e implementações	Já foi realizado curso de extensão com a Ajuris e estão sendo desenvolvidos novos cursos. Foram realizadas várias oficinas. O Administrativo tem a lista com os servidores que fizeram cursos EAD do CNJ
Resolução 194 – 26 de maio de 2014 – Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências	Direção-Geral e Presidência	“Os tribunais deverão, no prazo de 120 dias (26 de setembro), encaminhar ao CNJ plano de ação”. Ainda não realizado.
Resolução 195, de 3 de junho de 2014 – Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências. <input type="checkbox"/> Necessidade de adequação do organograma para o RHE e do Regimento de Serviços Auxiliares para implantação <input type="checkbox"/> Disponibilizar no site/Transparência: I - a íntegra da proposta orçamentária e da proposta interna de QDD, se houver; e II - a íntegra da lei orçamentária e dos QDD internos, se houver	Direção Geral e Coordenadoria Administrativa	Em andamento: Adequações solicitadas pelo TJ (RHE, Organograma e Folha de Pagamento) Em análise: “Art. 4º Devem ser disponibilizados no sítio eletrônico do tribunal na Internet, área "Transparência": a íntegra da proposta orçamentária e da proposta interna de QDD, se houver; e a íntegra da lei orçamentária e dos QDD internos, se houver.” Estudo da Meta 3 pode ser usado para atender o artigo 3º

Concurso público para JMERS com fortalecimento da TIC	TJRS	Três dos quatro cargos foram homologados em 18 de dezembro.
Arquivamento de processos	Direção-Geral	Em andamento/ Passo Fundo
Sistema SEGA - Reciclagem de conhecimentos de alimentação do Sistema SEGA e padronização de inserção de dados (Auditorias e Judiciário) TI – identificação de problemas estruturais Unificação de Tabelas Processuais com CNJ	Comissão nomeada	Em andamento
Criação de comissão para, verificando o glossário da Justiça em Números, adequar o sistema.	Gabinete da Presidência	Concluído
Sugestão de confecção de Manual de Boas Práticas	Direção-Geral	Em estudo
Estacionamento em frente ao TJM	Direção-Geral	Em andamento. Encaminhado o projeto ao DEAM/TJ (Departamento de Engenharia),
Sala do NGE	Presidência	Em estudo
Sistema SISPLAN	TIC	Em andamento, falta instalar o programa.
Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) e revisão do atual	Presidência	Em estudo
Fortalecer o Núcleo de Controle Interno, para que a JME não sofra apontamentos da CAGE que levem a multas desnecessárias, principalmente na Coordenadoria Administrativa.	Presidência e Diretor-Geral	Em andamento
Levantamento das resoluções publicadas pelo CNJ (198 até então)	NGE	Concluído e encaminhado ao Presidente e ao Diretor Geral
Controle das Portarias do TJMRS	Coordenadoria Administrativa	Em andamento
Metas Nacionais divulgadas pela Corregedoria, cujos números não conferem com os dados levantados pelo NGE e divulgados para o CNJ	NGE e Corregedoria-Geral	Diálogo para chegar a um consenso
Projeto Memória deverá ser integrado à Biblioteca e coordenado pela servidora Francine	Diretor-Geral e Biblioteca	Concluído
Justiça em Números não pertencerá mais ao NCI	Presidência	Concluído
Boas Práticas. Sugestões, como valorização das boas práticas: abertura de espaço na intranet ou site para ações já efetuadas e propostas de novas, valorizando os servidores da JMERS	Presidência, Direção-Geral, NGE, Comunicação Social, TIC e servidores.	Em andamento: disponibilização de formulário para pesquisa na Intranet, além de banners na intranet e Ofício divulgando a ação para as Auditorias e setores JMERS
PEC 222/2011/RS, suspensão.		Concluída
Revisão das funções do Núcleo de Controle Interno, a estatística passou a fazer parte do Núcleo de Gestão Estratégica (NGE) com a publicação da Resolução 139/2014 do TJMRS. Isso porque o Núcleo de Controle Interno tinha onze apontes pelo CNJ, e sua criação e competência encontram-se na Constituição Federal de 1988, Seção IX, Art. 70 e 74:	Presidência	Concluído
Processo Judicial eletrônico (PJe). Implantar o PJe: a) elaborar cronograma; b) instalar ambiente de teste; c) definir fluxos, conforme grupo	Responsável: magistrada Dra. Eliane, com assessoramento do Dr. Rosa e do setor de TIC	Em andamento/ projeto piloto. No momento, somente processos cíveis.

de trabalho do CNJ; d) configurar; e) testar.		
PEC 63/2013 acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público.		Em andamento
Google Analytics	NGE	Relatórios trimestrais realizados, em janeiro será concluída a medição do ano de 2014.
Celeridade/produtividade 1º grau	Presidência	Em andamento
Ajuste das tabelas de produtividade dos magistrados (LOMAN e Meta 7)	NGE/TIC	Em andamento as modificações do 2º grau. No 1º grau será feita reunião
Metas 2015	NGE	Em andamento
Revisar a atual composição do Comitê de Gestão da Estratégia	Presidência	Em andamento
Busca pelo Selo Prata do Justiça em Números	NGE	Em andamento
Avaliar projetos potenciais para o COI-PROCERGS	TIC	Está em estudo
Sistemas - Implantar metodologia de desenvolvimento de sistemas	TIC	Em andamento
<p>INFRAESTRUTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar Streaming – transmissão das sessões de julgamento do 2º grau em tempo real; - Aumento de links de comunicação (velocidade/estrada): a) Internet (2-> 4 Mbps) que já está em uso; b) Auditorias (1-> 2 Mbps); - Tratativas de convênio com a OAB para cursos on-line em EAD; - Contratar virtualização/PROCERGS: no médio prazo os principais serviços de segurança ficarão junto a PROCERGS, na sala de cofre da mesma, e que também será feito um backup no Tribunal; - Especificar aquisições: a) fase 1 (concluída); b) fase 2 (final de setembro). Trata-se dos Termos de requisições para o setor de compras, com as especificações das aquisições, através de verba do Fundo de Reparelhamento do TJ; - Implantar novo <i>backup</i>, cópia de segurança local e externa. - Revisar garantias. - Evoluir a rede sem fio (<i>wireless</i>), que aumenta o alcance da rede e melhora a velocidade dos dispositivos e móveis, inclusive estendendo para visitantes. - Realizar diagnóstico de segurança, aumentando a garantia e segurança da informação. - Revisar Metas e Resoluções de TIC do CNJ, em conjunto com o NGE. - Definir treinamentos, principalmente para os servidores que irão prover os cargos em 2014/2015 no TIC através do concurso realizado. - Projetar o TIC 2015/2016: a) Definir estrutura (novo regulamento), em andamento Coordenaria TIC -> 	TIC	Em andamento

subdividido em escritório de segurança, serviço de sistemas, serviço de infraestrutura e suporte..		
--	--	--

2.2.5 – BSC – Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.



2.2.5.1 Análise Geral do Desempenho Estratégico

Legenda quanto aos indicadores:

- Resultado \geq 100%
- 100% > Resultado \geq 90%
- Resultado < 90 %
- Indisponível ou não iniciado


Mapa Estratégico 2009 - 2014
Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul




Orçamento – Assegurar recursos orçamentários para a execução da estratégia

Desempenho	Tendência	Indicadores/ projetos	Recomendações
<p>Recurso vem do caixa único do Estado, sendo definido pelo Setor de Planejamento do Tribunal de Justiça do Estado.</p>	<p>Próximo ano negociação para o PPA do Estado, verificar verba para o auxílio-moradia dos Juizes, que hoje está sendo retirado da verba de custeio.</p> <p>Não se arrecada verba própria, pela peculiaridade do Tribunal.</p> <p>Há restrições orçamentárias, o que limita alguns investimentos.</p> <p>Faz-se uso dos recursos do fundo de reaparelhamento do Poder Judiciário para reformas e investimentos.</p>	<p>No momento nenhum</p>	<p>Adequar-se à Resolução 195 do CNJ.</p> <p>Planejar as necessidades para apresentar para o PPA.</p> <p>Garantir a adequada gestão financeira das despesas correntes.</p> <p>Buscar recurso no Fundo de Reaparelhamento do judiciário.</p> <p>Revisar e reestrutura rotinas e leis, nesta caso verificar a possibilidade de gerir a própria verba.</p> <p>Criar um índice de execução do orçamento estratégico, com objetivo de garantir a adequada gestão financeira das despesas correntes.</p> <p>Compor o orçamento de 2015 com todas as demandas do TJMRS, estabelecendo instrumento de negociação com o poder executivo.</p> <p>Formar base necessária voltada para a captação de recursos.</p>

Gestão de Pessoas – Desenvolver e valorizar os servidores e comprometer os servidores com o planejamento estratégico


Desempenho 	Tendência	Indicadores/ projetos	Recomendações
<p>O Tribunal estimula a participação em cursos do CEAJUD. Conforme solicitações dos magistrados e servidores encaminha para cursos de capacitação externos. Também ocorreu o Curso de Extensão em Direito Militar, realização da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JMERS) em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESM). No que tange ao planejamento estratégico foram feitas várias oficinas para os magistrados e servidores, bem como disponibilização na intranet para acompanhamento do planejamento. Também cabe salientar as oficinas relativas à saúde ministradas a magistrados e servidores. Reunião com homenagem a servidores do TJMRS e louvor à servidora da Auditoria de Passo Fundo. Existe orçamento para cursos e capacitação.</p>	<p>Com a implantação do sistema SISPLAN, cedido pela SEFAZ-RS, o planejamento poderá ser disponibilizado via intranet a magistrados e servidores, que envolver-se com as metas estratégicas e começar a ser atores e executores de alguns indicadores e metas, comprometendo-se de forma mais efetiva no planejamento. Continuidade das oficinas de saúde e busca de outras formas de promoção à saúde. Propostas de convênio em andamento TJM e Ajuris. Cursos CEAJUD servidores em andamento.</p>	<p>Os servidores informam a Direção-Geral sobre os cursos que participam, a fim de ser feito e divulgado o levantamento dos cursos no <i>site</i>.</p>	<p>Observação da Resolução nº 192 do CNJ, de 8 de maio de 2014, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário, e resultado de consulta pública aberta pelo CNJ sobre Gestão de Pessoas do Judiciário, em setembro de 2014, bem como o mapa estratégico da política de formação e aperfeiçoamento de servidores e magistrados e a diretriz estratégica, que é zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem estar e à qualidade de vida no trabalho. Dar maior atenção para as Auditorias em relação a cursos. Proposta de projeto – capacitação – conhecer as competências críticas e capacitar servidores e magistrados nessas competências até data a ser definida. Promover a retenção e a disseminação do conhecimento, podendo ser estabelecida orientação formal, pois atualmente não existe nenhum procedimento operacional ou correlato tratando do assunto. Sugestão de manual para os servidores, principalmente novos, com informações sobre o Tribunal orientações sobre o funcionamento da JMERS.</p>

Infraestrutura e tecnologia – Garantir a infraestrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais, garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI e aperfeiçoar o sistema de segurança


Desempenho 	Tendência	Indicadores/ projetos	Recomendações
<p><u>Sistema de segurança:</u> Possuímos o Plano Mínimo de Segurança.</p> <p><u>Infraestrutura física:</u> a JMERS tem se esforçado para prover a infraestrutura física necessária à execução das suas atividades, contudo, dispêndios de maior volume precisam, necessariamente, passar por critério claro de priorização e projetos.</p> <p><u>TI:</u> -Estamos avaliando projetos potenciais para o COI-PROCERGS INFRAESTRUTURA TIC - Implantar Streaming – 2º grau em tempo real; - Aumento de links de comunicação; - em andamento negociações de contrato de virtualização/ PROCERGS: no médio prazo os principais serviços de segurança ficarão junto a PROCERGS; - aquisições, através de verba do Fundo de Reparelhamento do TJ; - Implantar novo Backup, cópia de segurança local e externa. - Revisar garantias. - Realizar diagnóstico de segurança, aumentando a garantia e segurança da informação. - Revisar Metas e Resoluções de TIC do CNJ, em conjunto com</p>	<p>- Foi feito levantamento de reestruturação para Segurança/TJM e Auditorias e PPCI pelo Assessor Militar e Diretor-Geral. - Reestruturação da recepção em consonância com o PJe e acessibilidade. - Sistema SEGA - Reciclagem de conhecimentos de alimentação do SEGA e padronização de inserção de dados (Auditorias e Judiciário). TI – identificação de problemas estruturais. Unificação de Tabelas Processuais com CNJ. Sistemas - Implantar metodologia de desenvolvimento de sistemas. Tratativas de convênio com a OAB para cursos <i>on-line</i> em EAD. Evoluir a rede sem fio (<i>wireless</i>), que aumenta o alcance da rede e melhora a velocidade dos dispositivos móveis, inclusive estendendo-a para visitantes. Definir treinamentos para novos integrantes – aumento de força de trabalho. Se forem efetivas as ações acima, com certeza serão providas melhorias significativas nos serviços disponibilizados.</p>	<p>No momento nenhum</p>	<p>Difundir mais a cultura de segurança preventiva, através da Comissão de segurança, e revisar a segurança institucional, física e tecnológica. Convênio com Brigada Militar ou outra instituição para atendimento biopsicossocial e ambulatorial médico ou afins. Reavaliar condições mínimas de condições de trabalho no âmbito físico e mental. Palestras sobre medicina no trabalho. Fazer nova pesquisa de clima organizacional na JMERS. Ações específicas para ampliar o envolvimento dos usuários em relação aos serviços de TIC, participando ativamente dos processos. Necessidade de que o TIC formalize a documentação escrita sobre o SEGA.</p>

o NGE. Definir estrutura (novo regulamento), em andamento			
--	--	--	--


Alinhamento e Integração – Estimular a integração com os demais JME, TJM e com o STM e Promover a interface metodológica com demais órgãos de justiça

Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
<p>O TJMRS tem um bom canal de comunicação com os demais tribunais do segmento militar e com o CNJ, perante o qual é representante do segmento JME.</p> <p>Firmou parceria com Instituição de Ensino Superior (escola da Ajuris), procura relacionar-se bem com o Ministério Público e a Defensoria Pública, viabilizando uma maior celeridade aos processos.</p> <p>Quanto ao aproveitamento de boas práticas, procura conhecer e se disponibiliza a utilizar novas ferramentas, e também proporciona aos seus integrantes que participem de seminários e palestras para aprimorar o conhecimento.</p>	<p>A diretriz da Presidência do Tribunal é oportunizar, sempre que possível, ações de trabalho conjunto que viabilizem a melhor prestação jurisdicional.</p>	<p>No momento nenhum</p>	<p>Continuar com a política institucional interna.</p> <p>Estabelecer rotina específica capaz de reconhecer boas práticas existentes e utilizadas em outros tribunais, bem como interna, verificar seu aproveitamento e disseminá-las.</p>


Atuação institucional – promover a visão corporativa

Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
Foi desenvolvido e apresentado relatório com tabelas comparativas entre as respostas do TJMRS e dos demais tribunais da JME, quanto ao Censo do Poder Judiciário de 2013 (verificou-se que o percentual de magistrados e servidores nos quesitos “ felizes com a escolha profissional”, “satisfação com as condições e instalações físicas”, “motivação”, “segurança”, são favoráveis á JMERS.)	Para o próximo ano a tendência é continuar eventos que fortalecem a Justiça Militar e a Brigada Militar. Implementar as sugestões de melhorias possíveis, bem como investimentos e boas práticas levantadas através da participação na pesquisa que será feita pela intranet.	No momento nenhum	Criar índices de avaliação internas. Criar <i>hotsite</i> para fortalecimento da Justiça Militar, divulgando para o <i>mailing</i> .


Responsabilidade Social – Manter-se como justiça especializada e Investir em atividades socioambientais

Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
Manter-se como justiça especializada - PEC 222/2011/RS suspensa. Responsabilidade social: houve algumas ações com relação a aquisições de bens e materiais de consumo observando o tripé básico de sustentabilidade: ambiente correto, socialmente justo e economicamente viável. Percebe-se que a separação de lixo não é efetiva, e em 2014 não houve ações internas, como palestras, para conscientização ambiental.	Encontrar formas de priorizar as iniciativas (seminários, palestras, instruções) de difundir os princípios de sustentabilidade junto aos serventuários e jurisdicionados pelo Programa de Gestão Ambiental da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul – JMEco, que não teve atuação marcante em 2014.	No momento nenhum	Recolhimento seletivo de resíduos, em conformidade com a recomendação do CNJ para implementação de iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental. Sugestão de criação de metas progressivas. Fortalecimento de maior credibilidade quanto á atuação ambiental da JMERS.

Eficiência Operacional – Otimizar o trâmite processual e a Prestação jurisdicional, tecnologia, revisão de processo de trabalho e capacitação e alocação de pessoas


Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
<p>Em relação ao trâmite processual foram feitas reuniões com os magistrados de 1º grau para dar conhecimento das taxas de congestionamentos, justiça em números e metas nacionais do poder judiciário, e solicitar propostas para solucionar os números não favoráveis, no final do ano houve um retorno com aumento favorável de produtividade no 1º grau.</p> <p>Tecnologia – houve um grande avanço se for considerado o início desta renovação, em 2008.</p> <p>Revisão de processos de trabalho, pode-se citar a Revisão do Regimento Interno e a revisão do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, e as do SEGA, entre outros.</p> <p>Na prestação jurisdicional, as certidões não estão sendo fornecidas em tempo real.</p>	<p>Com a continuação do trabalho de conscientização dos magistrados de 1º grau e com a aplicação da meta específica do segmento justiça militar no próximo ano, haverá uma redução de estoque e maior produtividade otimizando o trâmite processual.</p> <p>A revisão dos andamentos, em consonância com a tabela processual unificada do CNJ e do SEGA, e em consequência do fluxo de processo do registro dos andamentos do processo, tende a melhorar o trâmite processual.</p> <p>Atualização e padronização dos fluxos de trabalho.</p>	No momento nenhum	<p>Continuar com os esforços concentrados para revisão do fluxo de processo do trâmite processual e aumento de produtividade.</p> <p>Necessidade de reestruturação ou revisão dos fluxos ou rotinas de trabalho, criando um documento ou manual onde fique registrados.</p> <p>Verificar com a reestruturação do fluxo de trabalho uma racionalização do trabalho.</p>

Acesso ao sistema de justiça – promover acompanhamento processual por meio eletrônico

Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
<p>Atualmente o site fornece acesso à justiça pelo acompanhamento processual por meio eletrônico, de forma efetiva.</p> <p>A Corregedoria-Geral</p>	<p>Com a revisão dos andamentos, talvez fique mais detalhado o acompanhamento processual para o público externo.</p>	No momento nenhum.	<p>Pode-se criar índice de avaliação como: índice de satisfação do cidadão com acesso à justiça e índice de atendimento da ouvidoria.</p>

<p>fornece um relatório anual dos atendimentos da Ouvidoria. Pode melhorar no fornecimento das certidões.</p>			
---	--	--	--

Visão do Futuro - Ser reconhecida pela sociedade como exemplo de justiça especializada, essencial, célere e efetiva no controle jurisdicional da ação policial militar

Desempenho 	Tendência	Indicadores/projetos	Recomendações
<p>A atual gestão tem buscado desenvolver ações para a JMERS ser reconhecida como exemplo de justiça especializada e essencial, conseguindo grandes avanços, mas ainda pairam sobre as JMEs questionamentos para sua extinção, como o relatório do CNJ, onde é apontado o elevado custo por processo, e recentemente os apontamentos da Comissão da Verdade, que sugere sua extinção.</p> <p>Quanto ao tema celeridade, a taxa de congestionamento ainda é alta, principalmente no 1º grau.</p>	<p>Talvez com a meta específica definida para o ano de 2015 aumente a celeridade.</p> <p>Necessidade de articulação política de todo segmento de justiça militar, para manter-se como justiça especializada.</p> <p>Maior transparência na produtividade dos magistrados com a adequação das tabelas da LOMAN e Meta 7.</p>	<p>No momento nenhum</p>	<p>Precisamos pensar em outras alternativas, como reestruturação de rotinas, para que haja economia processual, como a tentativa de poupar qualquer desperdício na condução do processo, bem como nos atos processuais, de trabalho, tempo e demais despesas, que possam travar o curso do processo.</p> <p>Sugerimos Hotsite no intuito de fortalecer a JMERS.</p> <p>Verificar a viabilidade de criar um perfil no Facebook para o tribunal, com uma pessoa ou um grupo que pudesse se dedicar quase que exclusivamente para esta tarefa, com conhecimento de redes sociais e que saiba lidar com conflitos que a abertura deste espaço de comunicação pode proporcionar, entre outras.</p>

2.2.6 Projetos estratégicos

Atualmente não temos projetos em andamento, pois recentemente foi criado o Escritório de Projetos. Teremos um longo trabalho para mudar os paradigmas da JMERS para projetos, esclarecendo que as definições devem passar pelo escritório para análise de projeto, como exemplificado abaixo.

Modelo de análise de projeto

Nome/objetivo do projeto	Status	Responsáveis	Prazo

Decisão em relação ao projeto		Justificativas	Impacto
<input type="checkbox"/> Antecipar o início	<input type="checkbox"/> Cancelar	Incluir demais ações consideradas pelo gestor como importantes de serem realizadas	Impacto no cronograma do projeto, bem como nos benefícios que serão oportunizados
<input type="checkbox"/> Postergar o início	<input type="checkbox"/> Alterar o escopo		
<input type="checkbox"/> Acelerar a entrega	<input type="checkbox"/> Quantidade de recursos		
<input type="checkbox"/> Atrasar a entrega	<input type="checkbox"/> Outras (detalhar abaixo)		

Resultados alcançados (no período) /Descrição dos produtos gerados

Dificuldades na execução (no período)/Análise de desempenho

Sugestões para projetos estratégicos ano 2015:

1. Capacitação – Conhecer as competências críticas e capacitar servidores e magistrados nessas competências até mês/ano (determinar prazo).
2. Plano de Comunicação Institucional – Aprimorar as atuais atividades desempenhadas pela comunicação social, ampliando a presença do Tribunal perante a sociedade.
3. Justiça – Estimular o cumprimento da meta nacional do Judiciário que trata do julgamento das ações de improbidade e crimes contra a administração pública.
4. Implantação do Plano de Obras – Criar Plano de Obras e iniciar a implementação das necessidades nas unidades judiciárias eleitas como prioritárias até mês/ano.
5. Revisão e Implementação do TIC – Prover os serviços e a infraestrutura de TIC necessários ao atendimento das demandas.
6. Reestruturação de rotinas de trabalho nas Auditorias de 1º grau e processos administrativos críticos – Identificar e oportunizar reestruturação de rotinas de trabalho nos processos administrativos críticos e nas demandas originárias do CNJ, até mês/ano.

Quando tivermos projetos em execução, com a identificação dos responsáveis, faremos na Análise da Estratégia a seguinte avaliação:

Objetivo Estratégico	Recomendações

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se o relatório com as seguintes sugestões, que não constam na análise da estratégia, como:

- 1) revisar o acondicionamento dos processos no arquivo judiciário, seguindo a Recomendação nº 37/2011 e as Resoluções nº 91/2009 e 46/2007 do CNJ, o PRONAME e as demais legislações referentes ao assunto;
- 2) verificar no estoque, que hoje conta com 218 itens, se existem materiais de pouca utilização ou obsoletos para as exigências atuais do Tribunal, e definir o seu destino;
- 3) patrimoniar para o TJMRS, física e financeiramente, os bens adquiridos com recursos do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, uma vez que o financeiro aparece no balanço do TJ e o físico no patrimônio do TJM;
- 4) expandir o uso do software do THEMA, que gerencia o patrimônio do TJ e está disponível para o TJM, o qual possui contrato firmado entre o TJ e o TJM e a empresa responsável pelo THEMA, pois possibilitará a utilização de outras funções para gerenciamento patrimonial com a integração com o FPE e o controle físico e financeiro pelo administrador, podendo ser adotada para este fim a sugestão da informação nº 075/2014, constante no inventário patrimonial ano de 2014 deste Tribunal .

O presente relatório é, por fim, encaminhado para apreciação, conhecimento e análise.

SIMONE DAL MOLIN
Servidora do NGE

DIONÊS GABANA DE SOUZA
Servidora do NGE

Anexo I - 2.2.3 - Levantamento de dados históricos

Projetos TJM/RS de 2009 a 2014

Objetivo	Estratégia/ ação	Projeto/meta	Responsável	Prazo – inicio/fim
1. Promover o acompanhamento processual por meio eletrônico (2009 e 2010)	Promover o fácil <u>acesso à justiça</u>	(Implementar o) controle às informações via internet		Andamento/parcial
		Implantar a emissão de certidões on line e respectiva certificação	Informática, coord judiciária, Auditorias , sistema/ orçamento horas	Maio2009 a janeiro 2010 (permanente) 2010 – meta parcialmente atingida
		Implementar no site o acompanhamento processual	Informática – orçamento horas	Maio2009/julho 2009
		Implementar no site a publicação de jurisprudência	Informática, Direção-Geral, Sistema	2009 permanente
		Confeccionar um “Guia Acesso” à JME (concluído)		
	Promover acesso pleno, seguro, eficiente e eficaz à Justiça Militar			
	Proporcionar acesso virtual facilitado às informações institucionais, processuais, administrativas e jurisdicionais, tendo em conta a qualidade e quantidade das informações disponibilizadas.			Meta parcialmente atingida em 2010 , nova estratégia fornecimento automático de certidões, inserir dados da 1ª Auditoria, Inserir dados da Auditoria Passo Fundo e Santa Maria
	Viabilizar o acompanhamento processual por meio eletrônico	Alinhamento dos objetivos às metas prioritárias: metas 2010 – lavar e publicar todos os		Verificar se está meta foi atingida em 2010 não foi atingida

		acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento		
	Publicação de jurisprudência no Site			Meta atingida
2. Otimizar o trâmite processual e a prestação jurisdicional – Eficiência Operacional (2009 e 2010)	Desenvolver projeto do IPM/Processo virtual	Sensibilizar o Comando da BM da importância do desenvolvimento de estudos para implementação do IPM virtual	Gab Presidência	Nov 2009/ nov 2009
	Favorecer a eficiência operacional	Levantar o tempo médio do feito que tramita na JME até o seu julgamento definitivo	Núcleo (NCI), informática e Corregedoria-Geral da JME	Imediato 2009
		Revisão dos processos de trabalho	Corregedoria-Geral	Imediato 2009/ parcial
	Antecipar-se ao controle externo (CNJ, TCE, CAGE)	Efetivar a atividade do núcleo de controle interno e estatística - NCIE	NCIE	Jan2010 (permanente)
		Ministrar treinamentos periódicos quanto à gestão administrativa e processual	Presidência e Corregedoria-Geral da JME	Imediato 2009
	Otimizar o Trâmite e a prestação jurisdicionais			
	Desenvolver modelos de processos seguros e facilitadores Alinhado as metas de 2010 – 1,2,4,5 e 7.			Meta não atingida Nova estratégia 2010 – plenário do TJM decide se reativa ou aletra estratégias e ações não implementadas, reavaliar o projeto, caso positivo nomear comissão para montar e conduzir a proposta

	Desencadear ações para implantação do processo virtual			Em 2010 meta não atingida nova estratégia – retomar projeto a partir de nomeação de uma Comissão para projetar o Processo Virtual
	Desenhar o processo de tramitação do feito avaliando suas partes com os respectivos responsáveis			
	Adotar processos adequados para reduzir o tempo médio de tramitação do feito			
	Revisão dos processos de trabalho			
	Proporcionar treinamentos periódicos quanto à gestão administrativa e processual			Meta parcialmente atingida em 2010 Retornar o projeto utilizando fórmula adequada para cálculo de tempo médio, para estabelecer o tempo inicial e o tempo atual. Informar, divulgar internamente a evolução do tempo médio
3. Manter-se como justiça especializada (2009 e 2010)	Retardar, ao máximo, o andamento da PEC nº 197/2009	Realizar Audiência Pública na Comissão de Serviços Públicos	Assessoria da Presidência e associações	2009 Meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social
	Atuar, técnica e politicamente, junto à Comissão de Constituição e Justiça da AI RS, influenciando na	Atuar, técnica e politicamente, junto à Comissão de Constituição e Justiça, influenciando na decisão.	Presidente do TJM-RS	2009 Meta redicionada repete no 4 (2010) Responsabilidade

	decisão - Meta redicionada , nova estratégia – reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM.			social
	Atuar, técnica e politicamente, junto às comissões de Serviços Públicos e de Finanças e Orçamento, influenciando na decisão. Meta atingida nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Atuar, técnica e politicamente, junto às comissões de Serviços Públicos e de Finanças e Orçamento, influenciando na decisão.	Presidente do TJM-RS e Assessoria	2009 – fonte não orçamentária Meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social
	Apresentar PEC substitutiva	Apresentar PEC substitutiva (concluído)		
	Arguir a inconstitucionalidade, caso a PEC nr 197/2009 seja aprovada na Assembleia Legislativa. Meta atingida na busca de apoio da PGE, AMAJME e associações de classe 2010, <u>nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico</u> (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Arguir a inconstitucionalidade, caso a PEC nº 197/2009 seja aprovada na Assembleia legislativa	Dr Octavio Augusto, Presidente do TJM-RS, PGE ou AMAJME	2009 Meta atingida Meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social

	Influir na escolha do Relator da PEC nº 197/2009 tramitando na AL RS. Meta Atingida ações buscar indicação com os parlamentares favoráveis à JME, estimular ações protelatórias <u>nova estratégia 2010</u> reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Influir na escolha do Relator da PEC nº 197/2009	Presidente do TJM-RS	Meta atingida Meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social
	Criar uma rede de apoio com as forças amigas (imprensa, políticos, associações, instituições religiosas, entre outras) para evitar a aprovação da PEC nº 197/2009. Intensificar o envolvimento da Brigada Militar nas ações em prol da manutenção da JME. Meta atingida nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Intensificar o envolvimento da Brigada Militar nas ações em prol da manutenção da JME	Assessoria da Presidência	Jun2009 meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social
	Intensificar o envolvimento das associações nas ações em prol da manutenção da JME. Meta atingida	Intensificar o envolvimento das associações nas ações em prol da manutenção da JME	Assessoria da Presidência, Presidente da TJM-RS	Jul 2009 Meta atingida repete no 4 (2010) Responsabilidade social

	<p>nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente</p>			
	<p>Unir esforços com os demais Tribunais Militares (TJM/STM) e Justiças Militares. 2010 meta parcialmente atingida – Faltou buscar simpatizantes entre os ministros STM e fazer contato com as auditorias militares dos demais estados.</p> <p>nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente</p>	<p>Unir esforços com os demais Tribunais Militares (TJM/STM) e Justiças Militares</p>	<p>Gabinete da Presidência, todos os magistrados de 1º e 2º graus e jubilados, assessoria da Presidência</p>	<p>2009 Permanente – fazer contato com as Auditorias Militares dos demais Estados, solicitando manifesto de apoio público.</p> <p>2010 meta parcialmente atingida, repete no 4 (2010) Responsabilidade social</p>
	<p>Envolver todos os servidores, de forma sistemática e organizada, nas ações de convencimento. Meta não atingida 2010, realizada apresentação do Plano Estratégico aos servidores em agosto de 2009, e parcialmente – alertar servidores das perdas da não manutenção do JME, servidores com afinidade parlamentares solicitar busca de apoio</p>	<p>Envolver todos os servidores, de forma sistemática e organizada, nas ações de convencimento.</p>	<p>Diretor-Geral, assessoria de comunicação, coordenadoria Administrativa</p>	<p>2009 Permanente – Alertar os servidores, a respeito das perdas que terão, realizar reuniões mensais de motivação com a presença de especialista nesta área, enviar mensagens motivacionais aos servidores, realizar confraternização</p> <p>2010 – Meta não atingida,</p>

	nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente			repete no 4 (2010) Responsabilidade social
		Avaliar e ampliar a utilização do newsletter	Secr. De Comunic. Da Pres	2009 Permanente – criar notícias próprias, ampliar a lista de e-mails.
		Utilizar associações e jornais de bairro/clube/entidades	Secr. De comunicação da Pres.	Permanente
		Promover a aproximação com órgãos e profissionais da imprensa	Secr. De comunicação da Pres.	2009 Permanente
	Envolver os Poderes Legislativo e Executivo Municipais. Meta Parcialmente atingida 2010, ações 1 e 2 mantidas pela Corregedoria/moções de Câmaras de vereadores descontinuada em 2010. nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Envolver os Poderes Legislativo e Executivo Municipais	Gabinete da presidência	2009 2010 meta parcialmente atingida, repete no 4 (2010) Responsabilidade social
		Buscar apoio de instituições religiosas	Assessoria da Presidência	2009
	Divulgar e esclarecer sobre a importância e a credibilidade da	Criar meios e escolher as mídias apropriadas para divulgação das		

	JME	atividades da Justiça Militar Estadual		
	Distribuir contraponto contudente à PEC nº 197/2009. Meta atingida 2010 - nova estratégia 2010 reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da nova composição da AL, novo governo estadual e comando da BM. Resp Gabinete do Presidente	Distribuir contraponto contudente à PEC nº 197/2009	Gabinete da Presidência	2009 Meta atingida em 2010 repete no4 (2010) Responsabilidade social
	Demonstrar os resultados positivos da atuação da JME. Meta atingida 2010/ alinhamento à meta 7 CNJ+LOMAN Nova estratégia manutenção do sistema automático de registro /origem é o próprio registro da movimentação processual via SEGA, ações 3 em desenvolvimento no Sistema SEGA o controle automático.	Demonstrar os resultados positivos da atuação da JME	Corregedoria e Coordenadoria Sv Judiciários, Assessoria de comunicação,	2009 Meta atingida 2010/ alinhamento à meta 7 CNJ+LOMAN, repete no 4 (2010) Responsabilidade social
		Promover seminários, encontros e conferências com imprensa e parlamentares.	Secretaria Com. Da Pres.	2009 Permanente Comando regionais e Unidades do Interior
		Divulgar com mais ênfase as atividades e atribuições da JME	Secretaria Com. Da Pres.	2009 Permanente – ocupar espaços de mídia/site/newsletter/event os universidades
		Contrapor os argumentos favoráveis à extinção da JME		

		(concluído)		
		Criar e divulgar o “Portal Transparência” da JME		2009 Permanente - atualizar, mensalmente, as informações administrativas e judiciais.
	Propor atualização da legislação aparece em 2010 também	Gestionar para aprovação da atualização da Constituição Estadual quanto à nomeação dos Juízes Militares, em 2010 e considerado estratégia.	Aguardar momento oportuno	Meta não atingida, nova estratégia – reativar gabinete estratégico para redefinir e objetivar atuação a partir da nova realidade institucional/apresentar plano de ação. (Minuta)
		Elaborar proposta de atualização do COJE (Lei nº 7356/80) Código de Organização Judiciária do Estado. Em 2010 e considerado estratégia.		Meta não atingida, nova estratégia – reativar gabinete estratégico para redefinir e objetivar atuação a partir da nova realidade institucional/apresentar plano de ação. Reavaliar as propostas de ação.
		Retomar a competência de julgamento dos delitos dolosos contra a vida (Lei nº 9299/96)		
		Inserir na legislação penal militar a legislação (tortura, abuso de autoridade, Lei Maria da Penha, etc.) Legislação extravagante	Presidente, magistrados da JME-RS	2009
		Elaborar proposta de atualização da legislação processual penal militar (Dec-Lei nº 1001/69)		
4. Investir em	Realizar atividades socioambientais	Criar os meios de medição do número de pessoas beneficiadas		

atividades socioambientais (2009)		pelos projetos socioambientais em desenvolvimento.		
		Meta: Criar programa de gerenciamento socioambiental da JME	Gabinete da Presidência, CGA	2009
		Meta: Treinar e conscientizar os Servidores a respeito das questões socioambientais	CGA (Comissão de gestão Ambiental), Setor de Informática	2009 Permanente - Promover, com regularidade semestral, pelo menos, painéis, seminários, conferências informativas aso integrantes da JME, identificar instituições e estabelecer parcerias para os eventos programados, veicular na intranet e internet mensagens de incentivo à questão ambiental.
		Capacitar os integrantes da Comissão de Gestão Ambiental	Gabinete da Presidência	2009 Permanente – facilitar o acesso dos integrantes da CGA a cursos, congressos, palestras relacionados às questões socioambientais. promover intercâmbio de informações com outros órgãos/instituições que possuam programas de gestão ambiental, Criar cadastro de contatos com CGA de outros órgãos/instituições
		Meta: Fazer levantamentos com	CGA	2009

		o objetivo de diminuição de consumo energético e de materiais		Permanente – promover levantamento sobre consumo de água, luz, combustível e materiais de consumo.
		Meta: Implementar programa de reaproveitamento de materiais e de separação do lixo	DG/Almoxarifado - CGA	2009 Permanente – treinar periodicamente os servidores quanto à correta separação do lixo
		Meta: Promover ações do dia do meio ambiente	CGA	2009 Permanente – Promover ações de conscientização envolvendo servidores, organizar seminários com palestrantes de renome na área ambiental.
4. (2010) Responsabilidade e Social	Promover a cidadania			
	Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.			Não houve especificação de estratégias até 2010 Nova estratégia engajamento ao fórum permanente de Responsabilidade Social do RGS – Fórum RS
	Manter-se como Justiça Especializada			
	Retardar o andamento da PEC nr 197/2009		Gabinete do Presidente	Meta atingida Nova estratégia reativar gabinete estratégico (de crise) para redefinir e objetivar atuação a partir da

				nova composição da AI, novo governo estadual e comando da BM
	Criar uma rede de apoio com as forças amigas (imprensa, políticos, associações, instituições religiosas, entre outras) para evitar a aprovação da PEC nº 197/2009			
	Implementar plano e política de comunicação		2009 Secretaria Comunicação /Presidência	Meta atingida em nov2009, em 2010 avaliar a reativação da execução do planejamento de comunicação: redefinir e objetivar atuação a partir da nova realidade política e institucional. Metas 13 e 14 parcialmente atingido/ modo gráfico não produzido, ações descontinuadas em 2010 movimentos apenas reativos.
	Disponibilizar esclarecimentos sobre a importância e a credibilidade da JME, desmembrada em Distribuir contraponto contundente à PEC nº 197/2009; Demonstrar os resultados positivos da atuação da JME			
	Promover eventos de aproximação com a sociedade civil organizada			2010 permanente Efetivado em Lajeado, Faculdade de Direito, uma

				participação em Seminário e uma sessão do TJM em Passo Fundo transformado em Seminário, em Canoas palestra.
	Disponibilizar informações jurisdicionais e administrativas contrárias à lógica da extinção da JME			2010 Meta atingida – nova estratégia – encarregar o NCI de manter o Portal atualizado, em integração com as Coordenadorias Administrativa e Jurídica+ informática.
	Liderar trabalho pela retomada da competência de julgamento dos delitos dolosos contra a vida.(Lei nº 9299/96)		Dr. Octávio	Meta não atingida, nova estratégia em 2010 reativar gabinete estratégico para redefinir e objetivar atuação a partir da nova realidade institucional/apresentar plano de ação reavaliar a proposta.
	Liderar trabalho pela elaboração de proposta de atualização da legislação processual penal militar (Dec-lei nº 1001/69. Inserção penal militar, da legislação especial (tortur, abuso de autoridade, Lei Maria da Penha, etc.)		Presidente/Magistrados	Meta não atingida - 2010 – Presidente reúne Tribunal para tomar decisão/caso positivo retomar contatos (reuniões) com demais TJM e STM/instruir o PE sobre decisão adotada – reavaliar a proposta.
	Reposicionar e consolidar a imagem da Justiça Militar Estadual		Secretaria de Com da Pres e Gab presidência/secrt. Com + assit Militar	Meta atingida, descontinuidade em 2010, proposta avaliar a reativação do planejamento de comunicação utilização de raio web, gabinete

				estratégico redefinir objetivos. Meta parcialmente atingida divulgação à instituição no dia da JME (28 de maio) elaboração de projeto para o próximo dia 28 de maio.
	Publicar informações esclarecedoras para segmentos de interesse.			Meta atingida , as ações são contínuas, alterando-se os objetos da notícia, em razão de política de gestão, descontinuidade em 2010.
	Estimular o interesse de professores e futuros advogados (acadêmicos de direito) pelas especialidades da justiça militar.		Gab. da Presidência, envolver Magistrados das Auditorias	Meta não atingida Nova estratégia - Projeto de Conteúdo Programático e Cronograma de abordagens às universidades e Faculdades
	Antecipar-se ao controle externo (CNJ,TCE,CAGE)			
	Validar a atividade do Núcleo de Controle Interno e Estatístico - NCIE		NCIE	Meta parcialmente atingida , o NCIE não está devidamente validado e autorizado. Nova estratégia – Plenário do TJM discutir a função e a importância do NCIE e avaliar sua validação e apoio dos demais setores.
	Criar comitê de gestão e meios de medição ambiental			
	Criar programa de gerenciamento socioambiental incluindo atividades socioambientais			

	internas e externas			
	Realizar campanhas periódicas de adesão e manutenção ambiental		Gabinete Presidência e CGA	Meta atingida parcialmente/ plano não divulgado.
	Treinar e conscientizar os Servidores a respeito das questões socioambientais		CGA/ Secret. de comunicação/setor e informática	Meta atingida parcialmente, recriar cronograma de atividades para 2011 promover campanhas internas sistemáticas.
	Capacitar os integrantes da Comissão de gestão Ambiental.		Gabinete da Presidência, CGA	Meta parcialmente atingida
	Memória de estatística de consumo energético e de materiais.		CGA	Meta parcialmente atingida ver critério de distribuição.
	Implementar programa de reaproveitamento de materiais e de separação de lixo.		CGA	Meta parcialmente atingida, falta campanha de orientação e treinamentos periódicos e não há iniciativa quanto ao manuseio posterior ou transformação.
	Promover ações na Semana e Dia do Meio Ambiente		CGA	Meta parcialmente atingida – não há ações internas, engajamento e participação ativa.
5. Promover a visão corporativa (2009)	Contrapor as informações distorcidas veiculadas	Manter a publicação da Revista “justiça Militar e memória”, com periodicidade semestral	Projeto memória - assessoria de comunicação, setor de informática	Jun 2009 - permanente
		Encaminhar respostas em prazo máximo de 48 horas	Assessoria de comunicação	(permanente)
	Divulgar o trabalho realizado pela JME	Alimentar constantemente as informações do site do TJM-RS	Assessoria de comunicação	Fev/2009 (permanente)
		Realizar julgamentos e audiências fora das sedes da JME	Gab. Presidência Orçamento DG	2009 (permanente)
		Estimular a inserção do direito	Gab. Presidência	(permanente)

		militar no mundo acadêmico		
		Divulgar internamente as ações interna e institucionais em geral	Assessoria da comunicação	(permanente)
5. Atuação Institucional (2010)	Promover a visão corporativa			
	Proporcionar aos Servidores, maior conhecimento sobre as atribuições das demais áreas da JME, assim como a interdependência entre elas e suas atividades.			
	Divulgar internamente as ações institucionais em geral (Intranet, ações 50% em 2014)		Assessoria de Comunicação	(permanente) Meta parcialmente atingida - Nova estratégia - incluir todos os servidores e magistrados na implementação do Planejamento Estratégico.
6. Estimular a integração com as demais JME, TMJ e com o STM (2009)	Buscar apoio ao aprimoramento da Instituição	Unir esforços com os demais Tribunais Militares (TJM/STM) e Justiças Militares	Gab. Presidência, todos os magistrados de 1º e 2º grau e jubilados, assessoria da Presidência	Ago2009 – set 2009
6. Alinhamento e Integração (2010)	Estimular a integração com os demais JME, TJM e com o STM			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
	Proporcionar a troca de experiências em assuntos como : tecnologia, segurança, sistemas de apoio, metodologias, eventos e outros			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
	Buscar apoio ao aprimoramento			Não foi implementado, não

	da Instituição			houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
	Promover a interface metodológica com os demais órgãos da Justiça			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
7. Promover a interface metodológica com os demais órgãos da justiça(2009)	Estabelecer programas de cooperação	Promover troca de experiências	Presidência, DG	Set 2010 (permanente)
7. Infra-estrutura e tecnologia	Garantir infra-estrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais.			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Garantir infra-estrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais	Melhorar as instalações e condições de trabalho dos servidores		Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
		Implantação de equipamentos e mecanismos de segurança física.		Meta atingida parcialmente foi feito a dotação das unidades administrativas de detector de metal e câmeras de vigilância e implantado alarme monitorado nos prédios da JME. sugerido apresentação de novo projeto global, incluindo todos os próprios e instalações físicas da JME, ouvindo as necessidades de todos os servidores e

				magistrados.
	Ampliação das instalações físicas da Justiça Militar	Melhorar as instalações e condições de trabalho dos Servidores	Presidência	Meta não atingida, nova estratégia nomear comissão de planejamento das instalações físicas da JME
		Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia da informação		Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
		Modernização de equipamentos de TI e outros		Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
		Formatar e formalizar documentação do sistema vigente	Direção-Geral e informática	Meta parcialmente atingida nos itens informatização dos plenários das auditorias (sonorização e software para transcrição) e adquirir monitores para os plenários do 1º grau. Desenvolver documentação do sistema.
	Modernização dos softwares		Informática\DG	Meta Parcialmente atingida, propõe nova estratégica, política e estratégia efetiva e consolidadas de TI.
	Aperfeiçoar o sistema de Segurança	Melhorar o nível de segurança de acesso aos sistemas	Informática\DG	Meta não atingida propõe desenvolver projeto específico de sistema de segurança de acesso ao sistema, atestando o nível de garantia e documentado o status vigente.
8. Garantir a infraestrutura		Implantação de equipamentos e mecanismos de segurança física	Assistente militar	2010- 2011

necessária às atividades administrativas e jurisdicionais (2009)				
		Ampliação das instalações físicas da Justiça Militar	Presidência Orçamento FRPJ	2010 – 2011 (permanente)
8. Gestão de Pessoas	Desenvolver e valorizar os servidores			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Investir na qualificação dos Servidores			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Promover eventos e cursos para capacitação administrativa e processual dos servidores			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Promover eventos e cursos para capacitação administrativa e processual dos servidores			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Levantar as necessidades de capacitação por tipo de atividade		DG\ Coord Adm\Coord Judiciária	Meta parcialmente atingida não houve volume nem regularidade de reuniões sistemáticas. Nova estratégia sugerida contabilizar cursos oferecidos, índice de adesão, índice de aproveitamentos. Foi efetivada CNJ.
	Atualizar a legislação referentes a			Não foi implementado, não

	cargos e funções dos servidores.			houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
	Reestruturar o Quadro de Pessoal de Serviços Auxiliares da JME.		Gabinete Presidência\ DG	Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto. Nova estratégia – Atuar institucionalmente junto ao TJ para inserção e adequação do quadro de servidores.
	Medir o clima organizacional			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto.
	Levantamento da situação dos exames médicos periódicos.			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Comprometer os Servidores com o planejamento estratégico.			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Envolver os servidores no processo de planejamento.			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Criar mecanismos de divulgação, participação e motivação de forma a comprometer o público interno com o planejamento estratégico.			Não foi implementado, não houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Capacitar servidores para o			Não foi implementado, não

	controle da execução do Planejamento Estratégico.			houve projetos ou ações relacionadas quando da elaboração do projeto
	Realizar Seminário de Implementação do Planejamento Estratégico da JME.		DG, SECOM	Meta atingida, Plano aprovado e publicado para consulta no site\boas práticas de gestão do CNJ. Nova estratégia – implementar ,formatar e realizar cursos à distância a partir do TJM, para os servidores da JME.
9. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de Tecnologia da Informação (2009)		Modernização de equipamentos de TI e outros	Direção-Geral	2010 -2011
		Modernização dos Softwares	Presidência/Auditoria Orçamento FRPJ/TJM	2010
9. Orçamento (2010)	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.			
	Controle da execução do orçamento destinado ao PE		Direção Geral	Meta não atingida Nova estratégia – projetar necessidades orçamentárias para suportar os projetos relacionados como Nova Estratégia do PE para aprovação do plenário.
10. Aperfeiçoar o sistema de segurança(2009)		Melhorar o nível de segurança de acessos aos sistemas		

11. Desenvolver a valorizar os servidores (2009)		Criar mecanismos para medir o clima organizacional	Núcleo – NCI e a imprensa, cada setor	Imediato 2009
		Levantamento da situação dos exames médicos periódicos		
	Investir na qualificação dos servidores	Levantar as necessidades de capacitação por tipo de atividade	NCI e direção-geral do TJM	
		Promover atividade de capacitação administrativa e processual	DG/ Coord Adm/ Coord Judiciária	Out 2009, nov 2009 (permanente)
	Atualizar a legislação de cargos e funções dos servidores	Reestruturar o Quadro de Pessoal de Serviços Auxiliares da JME	Gabinete Presidente	Jan2010
12. Comprometer os Servidores com o planejamento estratégico (2009)	Envolver os servidores no processo de planejamento	Criar mecanismos de divulgação e motivação de forma a comprometer o público interno com o planejamento estratégico	Cada setor, Corregedoria-Geral da JME, NCI	
		Realizar seminário de implementação do Planejamento Estratégico da JME em 11/09/2010	DG, SECOM, JME, CNJ, SECOM, comitê do PE/ plenário	01/03/10 – 10/09/10
13. Assegurar recursos orçamentários necessários a execução da estratégia (2009)		Controle da execução do orçamento destinado ao planejamento estratégico	Direção Geral /Presidência	2010/2012
		Capacitação de servidores para o controle da execução do planejamento estratégico	Direção-Geral	2010

2013

TJM-RS

NGE-JME-RS

Anexo II - 2.2.3 - Levantamento de dados históricos

Projetos TJM/RS de 2013

[PAINEL DE INDICADORES-TJM-RS]

Contém os indicadores do planejamento estratégico do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. (Objetivos, descrição do objeto, indicador e finalidade do indicador).

Painel de Indicadores – Tribunal de Justiça Militar, RS

Nº	Objetivo	Descrição Objetivo	Indicador	Finalidade indicador
1	Acesso ao sistema de justiça. Promover o fácil acesso a Justiça Militar	Tornar disponível as informações dos processos de anos anteriores até final de 2010	1.1 Índice de acesso a justiça por meio eletrônico	Atender à necessidade do usuário em acessar virtualmente as informações processuais. Identificar quantidade e a qualidade das informações
2	Eficiência operacional- Otimizar o tramite processual e a prestação jurisdicional	Para comprovação da celeridade.	2.1. Tempo médio de julgamento do processo.	Independentemente do resultado dos levantamentos, a meta é reduzir o tempo de tramitação em 5% até o final de 2010, 10% até 2012 e 15% até final de 2014.
3	Responsabilidade social. Manter-se como justiça especializada	Em virtude do projeto de emenda constitucional em tramitação na AL, propondo a extinção da Justiça Militar do Estado. Também fatos recentes demonstraram o desconhecimento das atividades da JME por parte do jurisdicionado, da sociedade e da mídia.	3.1 Índice de julgamento de procedimentos de controle administrativo	Aumentar em 30% o nível de conhecimento até o final de 2011, em 40% até o final de 2012, em 60% até o final de 2013 e em 70% até o final de 2014.
4	Responsabilidade social. Investir em atividades socioambientais.	Número de pessoas atingidas pelos projetos desenvolvidos	4.1. Número de pessoas atingidas pelos projetos socioambientais	Qualificar e aumentar o número de ações sobre a situação atual em 5% até final de 2011 e em 10% até final de 2014.
			4.2 Índice de substituição clorado por papel reciclado.	Substituir todo o estoque de papel até o final de 2010.
5	Atuação institucional. Promover a visão corporativa.	Existem limitações ou distorções no conhecimento dos servidores.	5.1 Número de ações para promover as áreas e as atividades do TJM-RS	Qualificar e aumentar o número de ações sobre a situação atual em 20% até 2012 e 50% até 2014.

6	Alinhamento e integração – Estimular a integração com as demais JME e com o STM	Promover a troca de experiências e obter ganho de tempo na elaboração de soluções.	6.1. Número de eventos com resultados efetivos realizados em conjunto com outros órgãos do Poder Judiciário Militar.	Promover a troca de experiências e obter ganhos de tempo na elaboração de soluções.
7	Alinhamento e integração – Promover a interface metodológica com os demais órgãos da justiça	Promover a troca de experiências e obter ganhos de tempo na elaboração de soluções.	7.1 Número de eventos para a troca de experiências em assuntos pontuais	Aumentar o número de eventos a partir do levantamento em 10% até final de 2010, em 20% até o final de 2012 e em 40% até final de 2014
8	Infraestrutura e Tecnologia – Garantir a infraestrutura necessária as atividades administrativas e judiciais	Verificar atrasos e impactos	8.1. Índice de alcance das metas	Garantir o funcionamento das medições adotadas
9	Sistema de Segurança	Para garantir a segurança física dos servidores e magistrados, usuários e do patrimônio público	9.1. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Atingir todas as unidades judiciárias até final de 2011
			9.2. Índice de utilização do PJe (Processo Judicial Eletrônico)	Medir o índice de utilização e de implantação do PJe
10	Nível de satisfação com as instalações físicas	Para garantir melhores condições de trabalho e diminuir o nível de stress	10.1. Índice de satisfação com instalações físicas	Aumentar para 10% o índice de avaliações positivas sobre as instalações físicas até final de 2010, em 15% até o final de 2012 e em 20% até o final de 2014.
11	As condições de trabalho regulamentadas	Atendimento aos itens da norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego	11.1. Índice de condições de trabalho	Melhorar em até 20% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais, sobre a situação atual, até final de 2011, em 30% até o final de 2012 e em 50% até o final de 2014.
12	Infraestrutura e Tecnologia – Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI	Atualizar equipamentos e softwares	12.1. Índice de aderência dos padrões mínimos de TI	Atender 80% até o final de 2010 e 100% dos padrões mínimos de TI, até o final de 2012.

13	Realização do planejamento	Para acompanhar a realização do planejamento e assegurar a funcionalidade das atividades jurisdicionais e administrativas	13.1. Índice de aderência às metas do Plano de TI	Alcançar a realização das metas, conforme o planejado, com defasagem de 6 meses até o final de 2012 e 100% até o final de 2014.
14	Equipamentos para realização das tarefas	Garantir que todas as áreas tenham equipamentos de informática atualizados	14.1. Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia	Aumentar para 80% o índice de disponibilização de equipamentos para o administrativo, até 2011 e 100% até 2012.
15	Sistemas que suportam atividades	Apurar se as necessidades sistêmicas estão sendo atendidas	15.1. Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Diminuir para 15% as atividades ainda não suportadas até o final de 2011 e 5% até final de 2012.
16	Nível de segurança de acessos aos sistemas	Para garantir a segurança e a integridade das informações	16.1. Índice de segurança dos sistemas	Até junho de 2010 efetuar a atualização.
17	Satisfação e o grau de relacionamento entre os servidores	Para melhorar o ambiente de trabalho	17.1. Índice do clima organizacional	Aumentar o índice que será apurado de avaliações positivas do clima organizacional em 10% até final de 2012 e 20% até final de 2014.
18	Ações de prevenção de saúde	Manter a integridade física dos servidores	18.1. Índice de capacitação profissional	Implantar este controle até final de 2010.
19	Número de participação em eventos direcionados à formação profissional	Avaliar a necessidade de aprimoramento	19.1. Índice de capacitação funcional	Migrar o cadastro para o novo sistema que está sendo implantado até o final de 2010. Atender 20% das necessidades até 2011, 50% até 2013 e 60% até 2014.
20	Conhecimento, comprometimento e evolução do cumprimento do planejamento estratégico	Para garantir a aderência ao planejamento	20.1. Índice de alcance das metas	Alcançar 100% de envolvimento até junho de 2010.

21	Valor destinado à realização do planejamento estratégico	Para garantir a aderência ao planejamento estratégico	21.1. Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 10% do valor do orçamento, até final de 2010, 15% até final de 2012 e 20% até final de 2014.
22	Medir a realização do orçamento estratégico	Para acompanhar a aplicação do orçamento	22.1. Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 50% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2011, 75% até final de 2012 e 100% até final de 2014.
23	O valor de orçamento disponibilizado para o planejamento estratégico	Acompanhar a destinação do orçamento	23.1. Índice de execução do orçamento disponibilizado	Garantir em 90% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até final de 2011 e 100% até 2014.